

O TESTEMUNHO PATRIMONIAL EM PRAÇAS E MUSEUS: UMA LEITURA CRÍTICA SOBRE O APAGAMENTO DA HERANÇA DA ESCRAVIDÃO

FERNANDO ERMIRO DA SILVA¹;
DANIEL MAURÍCIO VIANA DE SOUZA²

1Universidade Federal de Pelotas – fernando.urucu@gmail.com

2Universidade Federal de Pelotas – danielmvsouza@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O presente ensaio analítico versa sobre a representação de negros e negras em locais de patrimônio em espaços públicos, que apesar de preservar o passado e as narrativas históricas também envolve esquecimento (Santos, 2008). Analisamos dois locais patrimonializados, um espaço público e aberto: a praça Coronel Pedro Osório, em Pelotas e um espaço privado, mas com visitação pública: o museu Carlos Barbosa, na cidade de Jaguarão. Ambos subsidiam a memória e a história pública em suas cidades.

A escravidão tem se tornado tema cada vez presente no debate público contemporâneo. Autores como Hayes (2011), Hartman, (2020), Moody, (2020), Fabian, (2013), Katchka, (2004) abordam o tema em diferentes campos disciplinares. No Brasil, nomeadamente na cidade de Pelotas, Zumbi dos Palmares, Tia Ciata, as Charqueadas, a semana da Consciência negra em novembro, e o esmaecimento do dia 13 de maio – data que no ano de 1888, foi assinada a Lei Áurea, que aboliu o regime escravocrata no país – motivam discussões que expõem a escravidão como uma questão atual (Giovanetti, 2009), e, abre espaço para questionamentos não apenas sobre quem está representado ou ocultado nestes espaços, mas, talvez o mais importante: quem seleciona aquilo que será esquecido na história pública.

Apesar de sequestrados em seu continente, em uma relação problemática e ainda não investigada com as elites locais, embarcados em navios transatlânticos, pessoas livres foram escravizadas e vendidas em leilões públicos em diversos portos das Américas. Seres humanos africanos, marcados a ferro em brasa, passam a ser concebidos e apresentados ao público em sua nova condição: escravos. Estes sujeitos africanos, pessoas livres que foram escravizadas, deixaram suas contribuições para a história social e cultural brasileira. Todavia, não é sua história que é contada. Ao contrário, a historiografia nos legou uma versão da escravidão afeita mais aos interesses do colonizador, que tende a refletir os preconceitos dos euro-americanos e que buscou manter o foco em antagonismos intergrupos, a fim de ignorar as interações produtivas entre eles (Hayes, 2011).

O que nos parece é que recebemos da história pública a negativa da contribuição dos afro-brasileiros. Tal prática parece fomentar uma memória traumática que incentiva e influencia a agência de uma parte da população, na direção do desejo de esquecer ou de preferir não saber. Diante do que foi exposto, a investigação objetiva compreender universo das representações sobre a escravidão ou daquilo que pode ser chamado de aniquilação simbólica, ou seja, ausência total de qualquer comentário sobre este tema. Um exercício sobre a

perspectiva da aparição/ocultamento na política de representação pública da escravidão.

2. METODOLOGIA

Inicialmente, foram realizadas visitas em locais patrimonializados, de história pública, relacionados com a escravidão. Para tanto foram observados espaços públicos e privados, notadamente nas cidades de Pelotas e Jaguarão, ambas no Rio Grande do Sul. Concentramo-nos nos locais selecionados: os monumentos da praça Pedro Osório em Pelotas/RS e o museu Carlos Barbosa, na cidade de Jaguarão. Analisamos dois locais patrimonializados e que subsidiam a memória e a história pública em suas cidades. A partir desse primeiro passo, foi possível avançar para uma análise mais detalhada e refinada dos locais patrimonializados selecionados com o intuito de compreender a produção de uma pedagogia. De reforço de uma determinada narrativa, regional, branco-centrada.

Desse modo, a presente pesquisa enquadra-se como qualitativa, a qual adota uma abordagem cujo objetivo a compreensão das narrativas “da casa grande”, bem como as memórias descritas por meio dos objetos/monumentos selecionados, sobretudo no que diz respeito à memória coletiva nos dois locais. Nesse sentido, é possível compreender o silêncio sobre a escravidão como testemunho de uma narrativa que privilegia um esquecimento direcionado, que apaga a representação da instituição do trabalho forçado que lastreou toda a cidade até antes da abolição. Através do discurso autorizado do patrimônio (Smith, 2009), a análise possibilita possíveis desdobramentos da relação entre memória, história e patrimônio.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao abordarmos os discursos em torno dos objetos patrimoniais, de acesso público, tanto na praça Pedro Osório, quanto no museu Carlos Barbosa, vimos que este é belo e sedutor. A evocação de uma época de grande capacidade construtiva, um exemplo de progresso técnico, que se esforça para glorificar seu passado, enquanto oculta o sofrimento que causou em sua confecção (Jeudy, 1990). O fantasma do trabalhador escravizado não frequenta mais esses espaços, conservados e cuidados para a exibição de uma determinada cultura. Essa restituição oculta, entretanto, com habilidade, o horror da exploração, da qual não se mantém nem mesmo uma recordação ruim (Jeudy, 1990), e sequer mencionam a instituição da escravidão.

Neste trabalho, discutimos os fundamentos raciais que contribuíram para configurar as propostas de construção de uma narrativa, acerca dos patrimônios públicos e privados facilmente acessáveis. A abordagem “asséptica” da história pública, desenvolvida pelo poder público brasileiro, na praça Coronel Pedro Osório em Pelotas, pode ser observado em um espaço privado como o museu Carlos Barbosa, em Jaguarão. A relevância do tema abrange diferentes dimensões. A narrativa da casa-grande produziu um discurso e propostas de construção de uma memória, a partir do patrimônio público, que visam o fortalecimento de uma determinada identidade de nação. Esta, por sua vez, apoiou-se no mito da democracia racial brasileira – uma sociedade harmoniosa e livre de conflitos raciais, mesmo após 350 de escravidão. Além disso, os casos analisados mostraram-se profícuos para nosso objetivo, uma vez que as

comparações serviram para melhor mostrar os contornos e, assim, podermos notar a ausência do componente negro no discurso supremacista branco, na "naturalização" do cotidiano social apresentado ao público em geral.

4. CONCLUSÕES

Tomando como ponto o de partida a disputa dos currículos escolares, com o ensejo de contribuir para a teorização da produção de histórias públicas da importância da escravidão, A proposta de olhar para o patrimônio cultural, com intuito de desvendar sua narrativa ideologicamente construída, e, mais importante, que ausências estão contidas neste discurso e disputar suas representações, de modo que apareçam pretos, pretas e indígenas como importantes sujeitos na formação do Brasil. Diante do exposto, pode-se dizer que o estudo realizado mostra aspectos relevantes para as atuais discussões sobre memórias traumáticas ativadas pela seleção patrimonial. O patrimônio cultural é uma invenção e uma construção social associado a capacidade de gerar discurso sobre a realidade, numa disputa pelo poder, em uma dinâmica consideravelmente rígida de inclusão e exclusão. Para Prats (1998), qualquer que seja a expressão do patrimônio, ela é ideológica, no sentido de que responde a ideias e valores anteriores, normalmente subsidiários a determinados interesses e que nenhuma ativação patrimonial, de qualquer tipo, é neutra ou inocente, quer os gestores de patrimônio correspondentes tenham ou não conhecimento disso.

Além do apagamento de populações trazidas do continente africano e das populações originárias do Brasil, na história da contribuição para a nação brasileira, houve também sua marginalização no que diz respeito as heranças patrimoniais em locais de acesso público, portanto pedagógicos. Desse modo a análise dos locais patrimonializados que tiveram a sua história editada, pode proporcionar uma nova perspectiva na história. Por outro lado, no entanto, o modelo de memória e patrimônio adotado não resolveu ou sequer enfrentou o problema racial. Na verdade, ironicamente, a abordagem escolhida como definidora de memórias e patrimônios serviu para agravar a situação das diferenças em um país racializado. Esta prática vem contribuindo para o agravamento do aumento das diferenças, fomentando a segregação visual nos monumentos, excluindo negros do benefício pedagógico gerado pela visibilidade destes símbolos públicos, assim como afastando da memória dos grandes feitos e contribuições como a mão de obra que sustentou o país e a sociedade brasileira por mais de trezentos anos. E mesmo hoje não recebe os louros ou os frutos de seu trabalho. E suas obras, devido a aparente falta de contato entre a produção dos textos acadêmicos e as escolas públicas, ainda não afeta a educação e história pública.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAMS, D. Life, the universe and everything, London. 1982.

CARVALHO, José Murilo de. Os Bestializados. São Paulo: Companhia das Letras, 3ª ed., 2001.

CÉSAIRE, Aimé. Discurso sobre o colonialismo. Lisboa: Sá da Costa, 1978.

FABIAN, S. 2013. East Africa's Gorée: slave trade and tourism in Bagamoyo, Tanzania. *Canadian Journal of African Studies* (47): 1, 95-114.

GIOVANNETTI, J. L. (2009). Subverting the master's narrative: Public histories of slavery in plantation America. *International Labor and Working-Class History*, 76(Fall), 105–126.

HARTMAN, S. 2020. Vênus em Dois Tempos. *Ecopós* (23): 3, 12-33.

HAYES, K. 2011. Occulting the Past: conceptualizing forgetting in the History and Archaeology of Sylvester Manor. *Archaeological Dialogues* (18): 2, 197-221.

JEUDY, Henri-Pierre. *Memórias do social*: tradução de Márcia Cavalcanti. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.

LE MOS, Carlos A. C. *A casa brasileira*. São Paulo: Contexto, 1989.

KATCHKA, K. A. 2004. Re-siting Slavery at the Gorée-Almadies Memorial and Museum. *Museum Anthropology* (27): 1-2, 3-12.

MOODY, J. 2020. Performing Memory: local slavery memory in a globalizing world. In: *Remembering Slavery in Liverpool, "slaving capital of the world"*. Liverpool: Liverpool University Press, p. 181-216.

PANTOJA, Selma; ROCHA, Maria José (Org.). *Rompendo silêncios: História da África nos currículos da educação básica*. Brasília: DP Comunicações, 2004.

PARADEDA, Maria Regina. *Arquitetura da paisagem e modernidade: um estudo sobre representações e memória das praças de Pelotas (1860-1930)*. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica de Pelotas, Porto Alegre, 2003.

REIS, João José e SILVA, Eduardo. *Negociações e Conflito; a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SANTOS, Myrian Sepúlveda Dos. The repressed memory of Brazilian slavery. *International Journal of Cultural Studies* 2008 11: 157 DOI: 10.1177/1367877908089262

SMITH, Laurajane. Class, heritage and the negotiation of place. Conference paper presented to the 'Missing Out on Heritage: Socio-Economic Status and Heritage Participation' Conference, English Heritage, March 2009.

TRINDADE, Hégio; NOLL Maria Izabel. *Subsídios para a história do Parlamento Gaúcho (1890-1937)*. Porto Alegre: CORAG, 2005. 176 p. (Os 170 anos do Parlamento Gaúcho; v. 2).